

CONJUNTURA, LUTA DE CLASSES E EDUCAÇÃO**CONYUNTURA, LUCHA DE CLASE E EDUCACIÓN****SCENARIO, CLASS STRUGGLE AND EDUCATION**

Roberto Leher¹

Por: Giovani Frizzo, Elza Peixoto, Maria de Fátima Pereira, Paulino Orso, Celi Taffarel, Marcelo Russo, Arlen Beltrão e João Paulo Dória

A partir de 2015, acirram-se os ataques à educação pública, levando à mais longa greve já vivida pelo setor das Universidades Federais. Em 2016, este ataque intensifica-se com cortes que chegam a inviabilizar as Federais. A fim de avaliar esta conjuntura, convidamos 04 Reitores de Universidades Federais das Regiões Nordeste e Sudeste. Obtivemos o aceite dos 04 Reitores, mas somente o Professor Roberto Leher, Reitor da UFRJ, nos encaminhou seu posicionamento. O resultado é uma reflexão instigante sobre os desafios conjunturais, marcada pela urgência, que aponta em linhas rápidas os desafios postos para os que fazem a Universidade Pública, em resposta a um roteiro amplo elaborado por Giovani Frizzo, Elza Peixoto, Maria de Fátima Pereira, Paulino Orso, Celi Taffarel, Marcelo Russo, Arlen Beltrão e João Paulo Dória. Lembrando Florestan Fernandes, Roberto recorda: “a revolução não se faz na universidade. Mas a universidade deve ousar, desenvolver a imaginação e reivindicar, socialmente, o direito de sonhar”. Para isto, é preciso definir “o que é o rol da universidade e o que é pertinente às empresas”, pois, “a universidade não pode deixar de interpelar desafios que envolvem a produção material da vida, mas não pode ser ressignificada como setor destinado à prestação de serviços”.

G.: Há claramente uma tendência reacionária e conservadora em movimento no Brasil. O InformANDES N. 57 de abril de 2016 divulgou pelo menos 14 Projetos de Lei que atacam a direitos sociais dos trabalhadores. Em especial, como vocês avaliam o PL 867/15 que “Propõe o Programa Escola sem Partido” e foi apensado ao PL 7180/2014, que trata como princípio do ensino “o impedimento da manifestação de professores sobre política, questões de gênero e orientação sexual”? Qual a sua avaliação da conjuntura atual e qual a possibilidade de ação de um Reitor das IFE nesta Conjuntura?

R. L.: O PL 867/15, patrocinado pelo PSDB, é uma caricatura esdrúxula de reformulação da educação que, em outro contexto, seria apenas motivo de riso. Propõe, objetivamente, a supressão da ciência na escola em nome de uma educação moral anacrônica e fundamentalista. Inexiste ciência sem a problematização do conhecimento estabelecido e, por isso, ciência e liberdade de pensamento compõem uma totalidade. Como o projeto suprime a crítica, a própria atividade criadora da ciência torna-se uma impossibilidade. Portanto, à luz da Constituição Federal brasileira, tal projeto sequer poderia ser cogitado, visto que viola de modo grosseiro todos os princípios da Carta. Duas perguntas são inevitáveis: Por que, então, esse projeto suscita debates? Por que educadores, universidades, entidades científicas precisam se posicionar contra o projeto? O que é grave e perigoso é que o ‘ovo da serpente’ parece estar bem aninhado em gabinetes ministeriais, possui apoiadores no sistema político (em todas as esferas do Estado) e também em iniciativas políticas urdidas por think tanks nacionais e estrangeiros de extrema-direita fortemente capitalizados e que vêm logrando significativo apoio de setores sociais desprovidos de cultura científica, de experiências socializadoras capazes de desenvolver o uso crítico da razão e que, por isso, anseiam por uma ‘educação moral’ conservadora que sirva de rígido controle para suas vidas, em claro processo de infantilização. O ovo da serpente pode estar prestes a eclodir, pois tal sistema de pensamento reacionário exige um ‘pai patrão’ severo que governe a sociedade.

A segunda parte da questão de Germinal diz respeito à ofensiva contra os direitos dos trabalhadores. De fato, a escala das contrarreformas é tectônica! Muitas vezes a ofensiva do capital, em contextos de crise, não coincide sincronicamente com a agenda fundamentalista de direita no plano moral. O pretendido congelamento dos gastos públicos sociais (é disso que se trata) por 20 anos, conforme um dos dirigentes da Casa das Garças, Edmar Bacha, exige mudanças constitucionais, como: a desvinculação dos benefícios sociais do salário mínimo, afetando especialmente os aposentados; a extinção das vinculações constitucionais obrigatórias para a educação e a saúde; o fim da gratuidade das universidades federais; o fim do princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde; a reforma da previdência, em termos tão regressivos que a imensa maioria da população não poderá usufruí-la ou, no melhor dos casos, poderá gozar de benefícios por apenas cinco anos, após uma árdua vida de trabalho. A esse quadro tenebroso é preciso acrescentar as mudanças infraconstitucionais, como a prevalência do negociado sobre o legislado, estilhaçando a já combalida CLT, assim como a flexibilização da legislação ambiental de modo que, na prática, prevalecerá o interesse das corporações sobre o bem-comum da natureza. Todas essas medidas não têm relação direta com a agenda da ‘correta educação moral’ do povo brasileiro. Entretanto, é preciso lembrar que tal agenda, em toda a sua extensão, está sendo efetivada por um governo não eleito que apeou o poder por uma via extra constitucional. Esta é a chave para explicar porque as duas agendas são sincrônicas no Brasil. A Ponte para o Futuro requer um novo governo, ajustado às demandas do capital internacional, e o *modus operandi* da governabilidade envolve a incorporação da agenda fundamentalista, sem a qual o governo interino

não existiria, como se depreende da votação da admissibilidade do impeachment da presidenta Dilma na Câmara dos Deputados. Vale lembrar a imagem do ornitorrinco de Chico de Oliveira. Mais amplamente, a lembrança da autocracia burguesa preconizada por Florestan Fernandes é inevitável. O Tea Party e a vitória de Trump na convenção republicana nos EUA nos mostra que essa junção de agendas é internacional. Sempre houve imbricação entre as agendas moral, política e econômica, é algo intrínseco ao sistema de dominação burguês, mas o que estamos presenciando define novo escopo e contornos para o ‘americanismo’ apontado brilhantemente por Gramsci. A celebração de Von Mises nas passeatas da direita é simbólica, pois mostra a aproximação da pauta econômica ultraliberal com o fascismo. Diante desse quadro complexo, as reitorias das universidades públicas não podem deixar de defender a autonomia universitária, lutando em prol de uma educação que possibilite o esclarecimento crítico, o que requer manter a universidade como um espaço de liberdade ilimitada, recuperando valores presentes até mesmo no pensamento liberal, como em Humboldt na Universidade de Berlim. A UFRJ tem se manifestado sobre a ofensiva fundamentalista de modo sistemático por meio de seu colegiado máximo, o Conselho Universitário. Outras instituições têm feito o mesmo. A ANDIFES não se eximiu de publicizar sua posição diante da perigosa onda conservadora.

G.: Quais impactos dos cortes no orçamento no trabalho das universidades, especialmente pela redução do número de trabalhadores terceirizados, aumento da exploração de estudantes através de bolsa trabalho, intensificação do trabalho docente etc.?

R. L.: A redução do orçamento das Federais é enorme. As consequências são muito graves. Arditosamente, o MEC repassou para o custeio das universidades o pagamento de pessoal que sempre correu por conta do Tesouro. Todo setor de limpeza, segurança, manutenção elétrica, transporte, portaria etc. é terceirizado, conformando uma situação brutal para os trabalhadores e desastrosa para a universidade. Em decorrência dos cortes orçamentários foi preciso reduzir os contratos e isso está repercutindo na vida cotidiana da universidade. É comum ver diretores de unidade fazerem trabalho de portaria, por exemplo. O problema torna-se mais grave em virtude da extinção de cargos de técnicos e administrativos que se aposentam. A intensificação do trabalho é geral, e atinge drasticamente os professores. Dos registros acadêmicos à infraestrutura da pesquisa, passando pelo apoio às atividades didáticas, o trabalho está sendo muito intensificado, situação que se agrava na pós-graduação.

G.: Ante o quadro precário e sem previsão de aumento de recursos, quais são as possibilidades de construir um projeto de universidade contra-hegemônico no cenário atual? Como manter a Universidade pública, quando o Marco Legal de Ciência e Tecnologia legaliza e impulsiona a inserção privada, privilegiando estes setores em detrimento do caráter público? É possível reverter? Quais políticas seriam necessárias para garantir uma efetiva Universidade Pública?

R. L.: A pergunta é instigante, mas muito ampla! O projeto de uma universidade capaz de expressar outra hegemonia, livre do fundamentalismo, disposta a contribuir para o bem-viver dos povos, em todos os domínios, na cultura, na arte, na agricultura, na educação, na saúde, fomentando outras fontes de energia e perspectivas imaginativas para assegurar uma cidade em que os bens coletivos se sobreponham à lógica feroz do individualismo possessivo, somente é possível se houver processos de transformação na sociedade. Lembro Florestan, sobre as manifestações de 1968, a revolução não se faz na universidade. Mas a universidade deve ousar, desenvolver a imaginação e reivindicar, socialmente, o direito de sonhar a que se refere Bachelard. Na Pesquisa e Desenvolvimento é preciso definir o que é o rol da universidade e o que é pertinente às empresas. O pior cenário é a indiferenciação dessas esferas. A universidade não pode deixar de interpelar desafios que envolvem a produção material da vida, mas não pode ser ressignificada como setor destinado à prestação de serviços. O nó górdio da questão, no Brasil, é a quase inexistência de cadeias produtivas que contenham nódulos de ciência e tecnologia. É um erro grave supor que a universidade poderá suprir essas lacunas.

G.: O Governo Federal interino agrupou o Ministério de Ciência e Tecnologia ao Ministério das Comunicações. Ao mesmo tempo, no Ministério da Educação, quadros do Ensino Superior Privado assumem a Secretaria de Ensino Superior. O que a Reforma Ministerial do Governo Interino de Temer aponta, no âmbito das políticas para Ciência, Tecnologia, Inovação e da Educação? Quais os impactos para as Federais?

R. L.: A fusão do MCTI com o Ministério das Comunicações é um brutal retrocesso. De modo sistemático, desde o início dos anos 1960 a comunidade científica reivindica um ministério específico. A ditadura empresarial-militar impediu a concretização desse objetivo. Com a “redemocratização” o ministério foi criado, em 1985. Sarney tentou fundi-lo com outro ministério, mas teve de recuar; depois, Collor o transformou em Secretaria vinculada à presidência e, após o impeachment, o ministério foi recriado. O crescimento quantitativo e qualitativo da ciência, desde então, mostra o acerto de tal medida. E isso somente foi possível pela via de mão dupla entre as universidades e o ministério. Não haveria um ministério relevante sem as universidades; reciprocamente, não haveria pesquisa sistematizada sem o ministério. Um governo interino, por meio de uma medida provisória, jamais poderia ter efetivado uma medida desse alcance. O pensamento colonizado argumenta que países com alta produção científica não possuem ministério específico para a área. Não há como comparar países que desenvolveram universidades com pesquisa desde os séculos XVIII e XIX, por exemplo, com o Brasil, em que as universidades são tardias. Ademais, é preciso lembrar que a economia brasileira é capitalista dependente. A reação da comunidade científica se faz visível, a ANDIFES se manifestou contrária, a UFRJ aprovou por unanimidade densa moção contra a fusão em seu Conselho Universitário, mas as urgências de cada área (sejam universidades, sociedades científicas, projetos) podem refrear o ímpeto da luta. Seria um

equivoco com consequências graves, pois, como apontado na primeira pergunta, o cenário futuro é hostil à ciência.

G.: Neste quadro, como vocês avaliam a importância e a posição da ANDIFES e em que esta posição interfere na correlação de forças para o enfrentamento do projeto de privatização das IFE em franco desenvolvimento?

R. L.: De alguma forma a questão já foi respondida. A ANDIFES deve expressar o consenso das decisões dos conselhos superiores das universidades que a compõe. Creio que é possível fortalecer suas intervenções públicas. Desde que estou participando, não considero que houve omissão quanto aos grandes temas, como visto nas questões anteriores e isso é muito positivo. Mas o seu protagonismo ainda está aquém de seu peso político-acadêmico, notadamente na ação política em defesa da educação pública. A mudança na correlação de forças deve nascer nas universidades e, mais amplamente, na sociedade. Desse modo, a entidade poderá ser mais protagônica em seus pronunciamentos e, sobretudo, em suas ações. Precisamos examinar com maior profundidade os processos insidiosos de privatização interna. Existe muita ingenuidade no debate da inovação, por exemplo.

G.: Qual é a função social da Universidade frente aos limites históricos do modo de produção capitalista, suas crises, ajustes e novas crises com seus resultados econômicos, sociais e políticos que demonstram a tendência a destruição de forças produtivas?

R. L.: A universidade é uma instituição social em que conhecimento ‘sistematizado’ é produzido e socializado. Os problemas teóricos, lógicos, epistemológicos que caracterizam a ciência básica (desinteressada) são cruciais para que possamos tornar pensáveis a natureza e a sociedade. E a ciência básica muitas vezes ganha novos contornos, como é possível exemplificar com os nexos microfísica e informática. É também a instituição que pode tornar pensáveis os grandes problemas nacionais e da humanidade, antecipar cenários futuros e interagir dialogicamente (no sentido forte da palavra!) com os povos, organizados em movimentos diversos, objetivando contribuir para a solução dos dilemas civilizatórios da humanidade. A autonomia universitária é condição necessária para que a ciência possa produzir conhecimento novo e relevante; por isso, a universidade não pode estar guiada pela lógica do capital: ao contrário, a crise e os seus determinantes precisam compor os objetos de pesquisa na instituição, visto que o conhecimento da lógica destrutiva do modo de produção material da vida é um requisito para que possamos enfrentar as ameaças ao futuro da humanidade.

G.: Considerando o capitalismo dependente na América Latina e, o acirramento da luta de classes, qual o papel da universidade em articular no continente, o projeto soberano das nações latino-

americanas, frente a disputa imperialista pelo território?

R. L.: Como investigou Florestan Fernandes, o capitalismo dependente é o determinante da heteronomia cultural. Os principais setores dominantes lograram realizar revoluções burguesas sui generis, nas quais o fulcro da questão é a associação com o imperialismo. A ideia de um projeto autopropelido de Nação está fora da agenda da grande burguesia. E, por isso, produzir conhecimento novo é um processo, utilizando a significativa formulação de Walter Benjamin, de escrever a história a contrapelo. O tema da organização de espaços latino-americanos capazes de favorecer a circulação de conhecimentos e, fundamentalmente, de produzir conhecimento de modo compartilhado, é, nesse prisma, muito estratégico. Penso que devemos fortalecer espaços acadêmicos comuns, compartilhados. Outrora havia o Grupo de Trabalho Universidade e Sociedade do CLACSO que cumpriu um papel destacado na articulação do pensamento crítico sobre a universidade. Temos a CLOC-Via Campesina e outras formas de organização interessantes. No que se refere às universidades temos atuado na Associação de Universidades do Grupo de Montevideu. Outros espaços estratégicos são a UNASUR. A ofensiva neoconservadora tem de ser enfrentada de modo internacionalista.

G.: Como responder aos desafios da expansão desorganizada promovida pelo REUNI que ampliou as vagas de estudantes porém aumentou em igual ou maior proporção os índices de evasão? Como enfrentar a necessidade histórica de formação de professores e de qualificar a educação básica a partir da universidade brasileira? “Como ampliar o acesso à universidade nas condições atuais?”

R. L.: Uma questão crucial é a participação dos movimentos estudantis, pois sem o radical redimensionamento das políticas de assistência estudantil a democratização do acesso à educação superior não se realizará. Essa frente requer articulação acadêmica com a educação básica. Estamos trabalhando, na UFRJ, no projeto de um complexo de formação de professores a partir da interação das unidades acadêmicas da educação e das licenciaturas. E, o que é um imenso desafio, inserir no complexo as escolas públicas, de modo a assegurar interações vivas entre o conhecimento da universidade e as experiências dos professores da educação básica. Trata-se de um desafio que possui complexa dimensão epistemológica.

G.: Que outras questões aponta que ficaram de fora deste roteiro, sobre a atual conjuntura e a Universidade brasileira?

R. L.: Precisamos de um novo ponto de partida para as lutas em prol da educação pública. A agenda neoconservadora é real e as ofensivas mercantilizantes são ferozes, pois turbinadas com verbas públicas. Somente ampliando o movimento para outros setores da classe trabalhadora lograremos forjar uma educação pública de fato pública! O grande desafio é, por isso, organizativo, envolvendo

intenso trabalho teórico para que possamos definir princípios, fundamentos, de uma pedagogia crítica que motive e encante o conjunto dos estudantes e dos trabalhadores em geral e da educação em particular.

Recebido em: 08/2016

Publicado em: 08/2016

Notas

¹ Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro na linha Políticas e Instituições Educacionais. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998), desenvolve pesquisa em políticas públicas em educação. Integra Comitês Editoriais de vários periódicos, entre eles: Educação e Sociedade, Margem Esquerda, Outubro, Temporalis, Trabalho Necessário, Humanidades (Costa Rica) e Universidade e Sociedade. Professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes. Bolsista Sênior da Cátedra sobre desenvolvimento IPEA-CAPES (2011 e 2012), pesquisador do CNPq e bolsista do programa Cientistas de Nosso Estado -FAPERJ.